



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

RELATÓRIO E PARECER

SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º
34/2009 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE
INCONSTITUCIONALIDADE DAS ALÍNEAS
C) E D) DO ARTIGO 13.º DA LEI N.º 90/2009,
DE 31 DE AGOSTO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	0209 Proc. N.º 109
Data:	10/01/20 34/09

Ponta Delgada, 13 de Janeiro de 2010



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 34/2009 -
PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DAS ALÍNEAS
C) E D) DO ARTIGO 13º DA LEI N.º 90/2009, DE 31 DE AGOSTO**

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 13 de Janeiro de 2010, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Resolução n.º 34/2009 - Pedido de declaração de inconstitucionalidade das alíneas c) e d) do artigo 13º da Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto.

O mencionado Projecto de Resolução, da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, deu entrada na Assembleia Legislativa em 28 de Outubro de 2009, tendo sido despachado para a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para relato e emissão de parecer, até 31 de Dezembro de 2009.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto nas alíneas g) do nº 2 do artigo 281º da Constituição da República Portuguesa e m) do nº 1 do artigo 31º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pode requerer a declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade, com força obrigatória geral, de quaisquer normas.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

No Capítulo IV do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – artigos 169º a 172º – estão definidos os termos e o procedimento do pedido de declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade.

Capítulo III

APRECIACÃO DA INICIATIVA

A Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010, veio revogar o Decreto Legislativo Regional nº 21/92/A, de 21 de Outubro, que aprova as medidas de apoio aos indivíduos portadores da doença do machado, e o Decreto Regulamentar Regional nº 9/93/A, de 6 de Abril, que regula a protecção especial prevista para estes doentes.

Desde logo e em termos materiais, a Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto, vem retirar benefícios aos doentes portadores da doença Machado-Joseph, nomeadamente o fornecimento de certo material clínico, previsto nos diplomas regionais.

Do ponto de vista formal, estamos perante uma matéria de competência legislativa própria da Assembleia Legislativa da Região, e tendo em conta o disposto no artigo 228.º, n.º 2 da CRP e artigo 15.º do EPARAA, temos de concluir que as normas legais nacionais – que não sejam reservadas aos órgãos de soberania – só têm aplicação nas Regiões Autónomas quando se verifique a falta de legislação regional – e apenas enquanto esta falta se verificar, ficando assim exposto o *princípio da supletividade do direito estatual*.

Sucedee, ainda, que estamos perante uma doença que tem uma prevalência elevada na Região Autónoma dos Açores, e que deveria, aquando do processo de elaboração da lei, ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e no artigo 116.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que consagram o direito de audição dos órgãos de governo próprio, sobre as questões respeitantes à Região, o que também não sucedeu em concreto.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

Neste contexto, conclui a iniciativa política em apreciação estar-se perante a inconstitucionalidade das normas constantes das alíneas *c)* e *d)* do artigo 13º da Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto, por violação do disposto nos artigos 228º, conjugado com o 15.º, e 229º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa, e que, como tal, deve a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores requerer, junto do Tribunal Constitucional, a declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das referidas normas.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentar do PS* e do *CDS/PP* e a *Representação Parlamentar do PCP* entendem serem inconstitucionais as normas constantes das alíneas *c)* e *d)* do artigo 13º da Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto.

O *Grupo Parlamentar do PSD* absteve-se na apreciação da iniciativa em Comissão, reservando a respectiva posição para a reunião do plenário.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inconstitucionalidade das normas sindicadas, por violação do disposto nos artigos 228º, conjugado com o 15.º, e 229º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa, tendo, consequentemente, emitido, por maioria, com os votos a favor do PS, CDS/PP e PCP, e as abstenções do PSD, parecer favorável à aprovação do Projecto de Resolução nº 34/2009 – Pedido de declaração de inconstitucionalidade das alíneas *c)* e *d)* do artigo 13º da Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

Consequentemente, o Projecto de Resolução n.º 34/2009 está em condições de ser agendado para debate e votação em Plenário.

Ponta Delgada, 13 de Janeiro de 2010

A Relatora,

Isabel Almeida Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Hernâni Jorge